

Custas judiciais na PB são as maiores do Brasil

Érika Targino

O Tribunal de Justiça irá apresentar dia 20 de dezembro o parecer técnico sobre a proposta de redução em 60% das custas judiciais, apresentada pela Ordem dos Advogados do Brasil na Paraíba (OAB). A proposta é uma das ações que compõem a *Campanha Estadual para Redução das Custas Judiciais* lançada pela entidade em outubro deste ano.

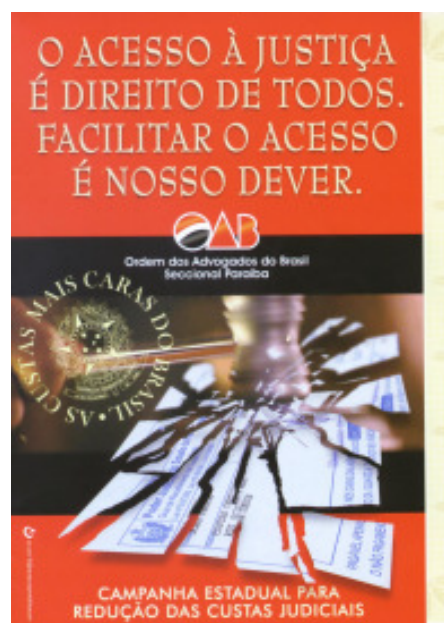
A campanha é resultado das discussões do Fórum de Controle Externo do Judiciário (Focoej) sobre o tema e divulgou uma tabela de valores das custas em todo o país, com ampla divulgação na mídia. Mas a ação que a OAB considera mais importante é a sustação da rubrica recebida do Fundo Judiciário.

De acordo com o presidente da comissão de Direitos Humanos da

OAB, Alexandre Guedes, a justificativa utilizada para valores tão altos, de 8% a 10% do valor das causas, está no grande número de funcionários públicos que têm média salarial de três salários mínimos, o que implicaria na isenção das taxas processuais para 80% dos paraibanos, acobertados pela Lei de Assistência Judiciária (Laje), que isenta do pagamento todo cidadão que receba até quatro salários mínimos.

Antes da campanha, o que era arrecadado com o pagamento das custas judiciais era rateado entre a OAB, o Fundo de Recuperação Penitenciária, Associação dos Magistrados, Associação do Ministério Público e Associação dos Oficiais de Justiça.

A reunião do dia 20 terá início às 15h, na presidência do Tribunal



de Justiça e contará com a participação de representantes do TJ e da comissão de elaboração da proposta para o Projeto de Lei da OAB/PB formada pelos advogados Anselmo Castilho, Delosmar Mendonça e Augustinho Albério.

QUADRO COMPARATIVO DOS VALORES DAS CUSTAS JUDICIAIS Ação Ordinária de Cobrança - Valor da Causa: R\$ 30.000,00

Estado	Valor da causa	Percentual sobre o valor da causa
Paraíba	R\$ 3.091,58	10,78%
Rio Grande do Norte	R\$ 288,00	0,96%
Roraima	R\$ 520,00	0,57%

A Fundação fala

Editorial

2005 ficou marcado como o ano em que, depois de sete anos, o juiz do 1º Tribunal de Júri, João Alves, pediu o julgamento do ex Deputado Federal Aécio Pereira Lima, acusado de assassinar Márcia Barbosa. Este também foi o ano do Encontro Estadual de Educação em Direitos Humanos e do Encontro Regional de Experiências em Educação Jurídico Popular, ambos na Paraíba, o ano em que a Secretaria de Direitos Humanos voltou a ter status de Ministério, contando as conquistas em nível nacional. Foi, assim, um ano positivo, com grandes conquistas para os Direitos Humanos.

Em compensação, a exploração das reservas ambientais brasileiras continua longe de parar e nos maiores presídios do país se viu uma onda de rebeliões que refletem as atuais condições do sistema penitenciário brasileiro. 2006 será, portanto, ainda cheio de desafios para quem, como nós, está preocupado com a defesa dos Direitos Humanos e a promoção da Cidadania. Vamos a ele, então.

EXPEDIENTE

Falando DHireito é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves. End. Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro CEP: 58011-110, João Pessoa, PB. Tele-fax: 3221 3014

www.fundacaomargaridaalves.org.br
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br
Jornalista responsável: Aline Oliveira (1963/PB). Reportagem: Aline Oliveira e Érika Targino. Diagramação: Érika Targino Tiragem: 500 exemplares.
Apoio: Cafod, Cordaid e Misereor
Impressão: Gráfica JB

Revista íntima: Uma medida degradante

José Ewerton Nóbrega Araújo
Advogado, Procurador de Justiça aposentado e
membro do Focoj-PB



Na Paraíba vigora, por força da Lei Estadual nº 6.871, de 2000, uma medida denominada “revista íntima”, a que devem se submeter os visitantes dos estabelecimentos penais do Estado. Aplicada notadamente contra os familiares dos sentenciados ou de representantes de organizações religiosas que vão ali prestar assistência moral e espiritual aos encarcerados, a revista consiste em uma inspeção das partes íntimas - “*vagina, ânus, nádegas e seios*”, como diz textualmente a lei - realizada “*visual e manualmente, através de instrumento ou objeto, ou qualquer outra maneira*” (§1º, art. 5º).

A Constituição Federal de 1988, que erige a dignidade da pessoa como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (art. 1º, inc. II), diz, no art. 5º, inc. III, que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante. Todavia, esses princípios parecem ser letra morta para as instituições públicas do Estado com o dever de promover e defender os direitos humanos.

Logo que a lei entrou em vigor, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, de que eu era membro, tomou duas iniciativas visando à revogação da ultrajante medida. Primeiro, encaminhou uma representação ao Procurador-Geral da República, solicitando-lhe promover, perante o Supremo Tribunal Federal, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin). Lamentavelmente, até hoje não se tem notícia de qualquer providência adotada por aquela autoridade.

A segunda iniciativa do Conselho foi liderar um movimento junto à Assembléia Legislativa do Estado para revogação da lei nos dispositivos referentes à execrável medida. A Assembléia deu acolhida à reivindicação, tanto que aprovou por unanimidade projeto de lei de autoria do então deputado estadual Luiz Couto. No entanto, o então governador José Maranhão vetou o projeto, alegando razões de segurança (!). E - pasmem! - o veto governamental foi mantido pela Assembléia Legislativa por decurso de tempo.

Quando estive no exercício do mandato de Ouvidor Público da Assembléia Legislativa (2002-2004), encaminhei exposição de motivos à Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, à Procuradoria-Geral de Justiça e à Ordem dos Advogados do Brasil-PB, solicitando-lhes analisar a viabilidade jurídica de se promover uma Adin perante o Tribunal de Justiça do Estado, com fundamento no artigo 3º da Constituição da Paraíba. O resultado dessa iniciativa foi frustrante: nem a Mesa Diretora da AL nem a OAB se manifestaram até hoje sobre o assunto. Quanto à Procuradoria-Geral de Justiça, soube recentemente que o Subprocurador Geral, Paulo Barbosa de Almeida, encaminhou em setembro expediente à Ouvidoria da AL, comunicando que não promoveria a medida solicitada, uma vez que considerava a revista íntima um procedimento “*como último recurso para impedir o ingresso de objetos ou substâncias inadequadas ou proibidas ao estabelecimento carcerário*”. Em suma, na visão da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado - pelo menos, segundo a ótica do seu Subprocurador Geral - os interesses da Ordem Pública devem prevalecer sobre a dignidade da pessoa humana.

A Fundação Margarida Maria Alves tem registros de várias denúncias feitas por familiares de presidiários, geralmente mães, esposas e filhas, e por religiosos de ambos os sexos, de que foram submetidos à revista íntima, ou ameaçados de sê-lo, para poderem ingressar nos presídios.

Sabem muito bem as autoridades estaduais que há meios técnicos de fiscalização e prevenção de ingresso de armas e drogas nos presídios, com a preservação da dignidade das pessoas. Em muitos estados brasileiros já se instalaram detectores de metais nos presídios e se utilizam cães farejadores de drogas. Na Paraíba, ao contrário, se prefere utilizar o expediente barato, mas desumano, da revista íntima. Será que, por serem os visitantes das penitenciárias, na sua quase totalidade, pessoas pobres, cidadãos de segunda categoria, a dignidade da pessoa humana passa a ser uma questão menor, sem importância?



Érika Targino

Ação - Juristas concluíram o curso mas já se preparam para os trabalhos de 2006

Curso forma 20 novos juristas

Aline Oliveira

A mais famosa canção de Chiquinha Gonzaga, *Ô abre alas*, descreveu com perfeição o clima que tomou conta do auditório do Sinttel, na noite de 7 de dezembro, quando a Rede de Juristas Populares recebeu 20 novos (as) colegas. Eles (as) foram os (as) concluintes da turma do Curso de Formação de Juristas Populares de 2005, que, em homenagem à compositora, foi batizada com o seu nome. Em seu discurso, o orador da turma, Denílson Luiz Freire Epifânio, lembrou que a canção diz muito sobre o espírito dos (as) Juristas, “que pedem passagem para lutar contra as injustiças e as dificuldades”. “Nós somos da lira, da luta, não podemos mais negar”, complementou, convocando os (as) colegas.

Para a nova Jurista Marinalva Clementino, da Associação Paraibana de Familiares e Amigos a Serviço da Saúde Mental, o curso ofereceu os elementos necessários para que ela e o grupo possam atender de forma mais efetiva uma série de necessidades da comunidade. “O que aprendemos aqui nos dá

condições de fazer um trabalho mais consciente. E a Fundação Margarida Maria Alves é uma referência, sabemos que foi uma grande oportunidade aprender com quem tem conhecimento de causa”, avalia.

Já Josenilda Silva, da Associação de Moradores de Mussumago, está pronta para arregaçar as mangas e colocar as mãos na massa. “Quem trabalha em movimento social sabe da importância de tudo que aprendemos aqui. Agora é hora de colocar a mesinha na entidade e começar a receber as pessoas para repassar as informações”, disse, garantindo que o diploma não vai ficar guardado na gaveta.

A presidenta da Fundação, que promove o curso, Socorro Praxedes, acredita que a formatura é um momento em que se percebe que o “medo foi vencido”. “A razão desta formação é aquele que, mesmo excluído da cidadania, não perdeu o desejo de lutar pelos seus direitos e, com isso, vencer a ignorância”, avalia. Para a coordenadora do curso, Anna Izabella Chaves, que estava muito emocionada com a formatura de sua primeira turma, “ser Jurista Popular é ser um

cidadão ativo, armado de idéias e ideais, capacitado para multiplicar seu desejo de mudança e de justiça social”.

Os (as) 20 novos (as) Juristas devem passar a compor a Rede a partir do próximo ano, depois de definirem em suas entidades como será sua atuação. Todos (as) eles (as) vão receber uma carta da Comissão Articuladora da Rede, contendo o calendário das reuniões por núcleo e fazendo o convite para que eles participem. “Temos uma grande esperança de que todos (as) eles (as) se juntem a nós, que venham fortalecer nossas lutas e nosso trabalho”, declarou Manoel Inácio, que representou a Rede na festa.

O Curso de 2006

A nova turma do Curso está prevista para começar as aulas em março de 2006. As inscrições dos interessados acontecem entre os dias 6 e 17 de fevereiro, na Fundação. A entidade precisa ter pelo menos um ano, grupos de Igreja não podem participar e só podem se inscrever dois integrantes por entidade. As aulas acontecem em média uma vez por mês, sempre nos fins de semana.

Juristas Populares 2005

Ana Cristina da Silva
 Claudemir Bernardo de Lima
 Denílson Luiz Freire Epifânio
 Edeuza da Cruz Pontes
 Elisângela Paulino de Assis
 Evandre Felinto Martins
 Givanilda Gomes da Silva
 Joseane de França Pereira
 Josefa M^a da Conceição Pereira
 Josenilda Silva
 Marcelo Ricardo Soares
 Maria Valdenice da S. Silvino
 Marinalva Clementino da Silva
 Ricardo Alexandre Batista
 Ricardson da Silva Dias
 Roseane Barreto Silva de Souza
 Severina Ramos Freire Epifânio
 Sônia Maria da Silva Alves
 Valdelice Rodrigues Artur
 Zenilda Cationilia de Barros

Rede propõe mais articulação para projetos em 2006

Aline Oliveira

A necessidade de se articular melhor para conseguir aprovar projetos que garantam o suporte financeiro das atividades foi uma das principais conclusões da avaliação que os (as) Juristas Populares fizeram da atuação em 2005. A discussão aconteceu durante a Avaliação e Planejamento

da Rede de Juristas Populares, nos dias 3 e 4 de dezembro, no Centro de Ensino da Polícia Militar, em Mangabeira. Para atender a uma parte dessa necessidade, os (as) Juristas vão eleger uma entidade âncora para servir como referência na hora de encaminhar os projetos.

Em relação à articulação, os (as) Juristas avaliaram que ela deve ser melhorada dentro dos núcleos e

que também é preciso resgatar os colegas que não estão participando do movimento. Atualmente, apenas um terço dos (as) Juristas formados (as) pelo curso oferecido pela Fundação Margarida Maria Alves está atuando na rede, sendo que uma outro terço permanece engajada nas lutas dos seus movimentos de origem e outro grupo se afastou.

Para Maria Inês da Silva, do Flor Mulher, é importante rever os critérios de seleção dos novos cursistas para que haja maior comprometimento quando o curso termina. “É preciso dar um retorno à entidade de onde a pessoa vem e à própria Fundação, que está investindo em nós”, acredita.

Já com os olhos voltados para 2006, as perspectivas são animadoras, pelo menos para Elionaldo Alberto da Silva, do Movimento Cidadania e Segurança. “As atividades estão se ampliando e ao mesmo tempo estamos focalizando melhor nossa atuação, o que nos permite ter um controle melhor dos resultados”, avalia. Ele se refere a casos como o de Santa Rita, onde a luta era mais voltada à questão da mulher, mas hoje também abrange o transporte público e o meio ambiente.

Este ano os núcleos vão inovar realizando reuniões independentes das visitas de monitoramento da equipe da Fundação, o que é apontado como um amadurecimento da Rede. Segundo Maria Ana da Conceição, do Centro Dom Oscar Romero, se a agenda proposta for cumprida, os resultados já serão muito bons. Um dos destaques desse calendário é a realização de um seminário sobre gestão em meio ambiente na primeira semana de junho, que vai culminar em sessões especiais nas Câmaras Municipais das três cidades onde a Rede atua.

Juristas levam cidadania ao rádio

Érika Targino

Levar informação e sensibilizar a população acerca das lutas e temáticas que estão sendo desenvolvidas pelos Juristas Populares em suas comunidades. Este é o objetivo do programa de rádio *Juristas Populares Construtores e Construtoras da Cidadania* que desde o fim do mês de outubro está sendo produzido pela Rede.

Com duração não determinada, os programas estão sendo elaborados por série e distribuídos com todas as comunidades em que os Juristas atuam e que têm rádio. A primeira série envolve temáticas sobre o meio ambiente e sua preservação, como a importância dos manguezais, a água como um direito humano e os rios, o lixo e a coleta seletiva. Eles visam a melhoria da qualidade de vida da população através da informação.

A periodicidade de veiculação será determinada por cada rádio que irá inserir os programas em sua grade de programação da melhor forma possível. Porém, a idéia é que os programas possam ser veiculados



Discussão - Antes da gravação, muita pesquisa

pelo menos uma vez por semana.

Para elaboração de cada programa, os (as) Juristas realizam pesquisa sobre os temas e apresentam o material que é coletivamente selecionado e discutido para a montagem dos roteiros. “A proposta é que a primeira série seja veiculada durante dezembro e janeiro para só em março retomarmos a produção das próximas séries”, afirma Cândida Magalhães, técnica da Fundação que acompanha três dos núcleos da Rede de Juristas Populares.

Seminário discute relação Mídia x Direitos Humanos

Érika Targino

A mídia como violadora dos Direitos Humanos. Esse foi o perfil midiático traçado durante o *Seminário Direitos Humanos e Mídia* organizado pela Fundação e outras entidades ligadas à defesa dos DH, em comemoração aos 57 anos da declaração Universal dos Direitos Humanos, no dia 6 de dezembro, no Auditório do Sesi, em João Pessoa.

O Seminário que contou em sua programação com as Mesas redondas, *Qual a importância da Mídia e a sua relação com os Direitos Humanos?* e *A Mídia como parceira dos Direitos Humanos*, compostas por estudiosos e profissionais da Comunicação e do Direito, integrantes do Fórum Metropolitano de Comunicação Comunitária, além de Juristas Populares.

Mesmo com pouca participação dos profissionais da comunicação na platéia, os integrantes dos movimentos sociais e o presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, Noaldo Belo apresentaram suas insatisfações com a Mídia. “A Mídia brasileira é tida como independente, pois não há órgão que a reje ou censure, mas não é autônoma, pois está presa ao poder dos grupos políticos e econômicos do país”, critica Noaldo.

Além da Fundação, participaram da organização do Seminário a Associação Comunitária de Educação e Cultura - Cactos, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, a Associação de Moradores de Forte Velho, o Centro de Valorização da Vida, a Casa da Mulher Renasce Companheira, o Comitê ComCidadania do Jardim Laranjeiras, o Centro de Cidadania, Ação e Integração Solidária - Cais e a Associação Filhos do Manguê.



Intervenção - Movimentos procuram formas de impedir violações

Programa sobre Margarida ganha prêmio de Jornalismo

Aline Oliveira

Margarida Maria Alves foi foco das atenções durante a entrega do IV Prêmio AETC/JP de Jornalismo, na noite do dia 14 de dezembro, na Maison Blu'nelle, em João Pessoa. As contradições políticas da líder camponesa nas eleições para o governo do Estado, em 1982, foram o pano de fundo para o programa de rádio produzido por Mislene Santos, que foi a terceira colocada na categoria Radiojornalismo. Entitulado de “Ida Amarga”, o programa foi produzido de forma independente por Mislene e veiculado pela Rádio CBN.

A radialista está produzindo um documentário sobre a história da líder camponesa, que era presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande e morreu com um tiro a queima roupa no rosto há 22 anos. O trabalho está recebendo o apoio da Fundação Margarida Maria Alves e deve ser concluído em 2006. Para Mislene, trabalhar

com a história de Margarida é apaixonante. “Ganhar este prêmio foi uma vitória que nenhuma palavra consegue descrever porque ele foi resultado de muito esforço e trabalho”, declarou.

Na mesma categoria, a jornalista Alessandra Torres, também da CBN, foi a segunda colocada a matéria “A Justiça é cega e cara”, sobre as custas judiciais na Paraíba. A idéia do programa surgiu a partir da campanha lançada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), fruto da discussão iniciada no Fórum de Controle Externo do Judiciário (Focoej). A matéria de Alessandra colheu depoimentos de como o pagamento das custas pode ser injusto no estado. “Eu conversei com uma mulher que conseguiu que o inventário de seu marido, que era professor universitário, fosse feito pela justiça gratuita, enquanto um senhor muito pobre está com pendências judiciais porque não tem como pagar as custas”, conta.

Encontro discute caminhos da Reforma Urbana no NE

Érika Targino

Com o objetivo de montar uma pauta de discussão e trabalho para 2006, o Fórum Nordeste de Reforma Urbana (Fneru) reuniu suas entidades entre 25 e 27 de novembro, em um Encontro realizado no hotel AnnaMar, em Tambaú, João Pessoa.

O Encontro, que pela primeira vez contou com a participação dos nove estados nordestinos, incluiu em sua pauta a avaliação das atividades de 2005, o planejamento das ações de 2006 e a estrutura da coordenação executiva.

Na avaliação de 2005, foram citados como pontos positivos o elo aglutinador da Marcha pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade, as atividades realizadas em cada estado com o advento da Marcha, os projetos pontuais que viabilizaram a realização de oficinas e seminários durante todo o ano e as parcerias firmadas. Como perspectivas e desafios para o ano que vem, foi levantado o fortalecimento do Fórum Nordeste e a ampliação do diálogo entre os nove estados e do Fneru com o Fórum Nacional.

O Encontro teve início com uma análise da conjuntura nacional e estadual feitas pelo sociólogo Wando Nogueira e pelo coordenador do Movimento Nacional de Luta pela

Moradia – PB, Geovanni Freire. No sábado, 26, houve a participação do coordenador geral do Fórum Nacional de Reforma Urbana, Orlando Jr., que apresentou um balanço da atuação do Fneru em 2005 e as perspectivas para 2006. Orlando avaliou o encontro como positivo para o funcionamento do Fórum em 2006. “O Encontro serviu para animar a organização dos Fóruns nos diversos estados e regiões. Saímos todos mais fortalecidos e organizados”, afirma Orlando.

Fneru surgiu em Seminário

O Fneru foi criado em novembro de 2004, como resultado da oficina *Nordeste em Reforma Urbana: como se organizar em nível nacional*, que aconteceu em abril do mesmo ano, em Olinda, Pernambuco. “Esta oficina contou com a participação de seis dos nove estados nordestinos e a partir dela foi instituído o Fneru, baseado nos artigos 180 e 182 da Constituição

Federal” afirma Ana Kelly, representante da Etapas, de Pernambuco.

Estes artigos falam respectivamente sobre o incentivo do estado ao turismo como fator de desenvolvimento social e econômico e das políticas urbanas municipais, que devem ter por objetivo ordenar o plano de desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos habitantes.

Antes do encontro, a coordenação executiva do Fneru era composta por três entidades e três movimentos sociais: a Etapas (PE), Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves (PB), Fase (PE), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST - PE), filiado à União Nacional por Moradia Popular, o Movimento Nacional de Luta por Moradia (PB), e a Central dos Movimentos Populares. Atualmente mais quatro estados estão na coordenação: Maranhão, Piauí, Sergipe, Ceará e Bahia.



Quem quer mostrar no peito que está comprometido com a defesa dos direitos humanos já tem como. A Fundação Margarida Maria Alves lançou neste final de ano seus novos produtos, como parte do seu Plano de Captação de Recursos. As novas camisas e bolsas já estão disponíveis na sede da Fundação e em breve estarão também em vários pontos de venda na capital e no *site*. Ao adquirí-las, você estará ajudando a entidade a manter seus trabalhos de promoção da cidadania e de defesa dos DH.

Programação

Janeiro

Férias coletivas na Fundação

Fevereiro

1º a 16 - Inscrições para seleção de estagiários de Direito

6 a 17 - Inscrições para o curso de Formação de Juristas Populares.

8 - Reunião das Comissões Articuladora e de Projetos da Rede de Juristas Populares.

Março

Início do curso de Formação de Juristas Populares.